



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2012	16h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 63ª
(SEXAGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 8 DE AGOSTO DE 2012.**

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, 10h da manhã, eu, a Deputada Arlete Sampaio, o Deputado Olair Francisco, o Deputado Wasny de Roure e o Deputado Patrício participamos de um momento importantíssimo da vida política do Distrito Federal, Deputado Chico Leite, que foi a sanção, por parte do Governador Agnelo Queiroz, da lei – que é um marco – que trata da regulamentação da economia solidária no Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2012	16h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

O auditório do Palácio do Buriti, em face da importância dessa lei, estava lotado de artesãos e artesãs do Distrito Federal, um momento singular. Eu tive oportunidade de me pronunciar naquele momento e falava, Deputado Agaciel Maia, da visão do então Presidente Lula, quando criou, no âmbito do Ministério do Trabalho, a Subsecretaria de Economia Solidária e colocou um dos homens mais brilhantes que eu conheço no Brasil, que foi o Professor Paul Singer, como o Secretário de Economia Solidária no Brasil.

A verdade é que milhares – por que não dizer milhões? – de brasileiros passaram a integrar e participar dessa nova modalidade de economia que se desenvolve no Brasil, que é a economia solidária. No âmbito desta Casa, nós constituímos a Frente Parlamentar de Apoio à Economia Solidária. Nós vamos, a partir desse momento, desse marco, que é a ação dessa lei, implementar todos os esforços para que a lei possa vigorar na sua plenitude.

Eu falava com o Governo Agnelo Queiroz que, além de parceiros, que são fundamentais, como é o caso da Fundação Banco do Brasil, que tem dado todo o apoio à economia solidária Brasil afora — eu sei de empreendimentos, Deputado Agaciel Maia, lá no Rio Grande do Norte, feitos pela Fundação Banco do Brasil no âmbito da economia solidária, no Maranhão, no Piauí, no Rio Grande do Sul, portanto de norte a sul do Brasil, e aqui no Distrito Federal também —, há a importância de o Governo Agnelo Queiroz determinar ao Banco de Brasília que abra uma linha de crédito no sentido de incentivar a economia solidária aqui no Distrito Federal.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) — Deputado Chico Vigilante, nesse momento de hoje, de que fomos testemunhas junto com o Governador, da economia solidária, esse novo passo do Distrito Federal — eu, que sou lá de baixo, pequeno igual àquelas pessoas —, o mais importante é que é um complemento. Qual foi o primeiro passo que esta Casa deu de suma importância para o Distrito Federal e para essas pessoas? Quando se votou aqui o empreendedor individual. Ali também foi um grande passo porque, a partir daquele momento, quando aprovamos nesta Casa, no primeiro semestre, a nova lei, o cidadão comum pôde ser um empreendedor individual. A lei fomenta tudo. No futuro, quando ele chegar no tempo hábil, vai poder se aposentar, vai ter o seu direito adquirido protegido – e antes não tinha.

É um conjunto de medidas do Executivo junto com o Legislativo que vai dando ao cidadão, ao cidadão comum – cidadão mais simples, que não teve a oportunidade que muitos que estão aqui entre nós tiveram, de ter um conhecimento melhor – mais oportunidade na vida, para que ele possa de fato ter o seu direito, a sua vontade protegida.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2012	16h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Esse momento de hoje foi fundamental para o Distrito Federal, como foram momentos anteriores, também fundamentais para que Brasília comece a fazer justiça para o cidadão que tem na Capital da República o sonho de consolidar e de construir sua família.

Esse tema V.Exa. traz aqui hoje na liderança do PT, esse tema que V.Exa. traz aqui para discutir, para informar às pessoas que estão aqui conosco e não tiveram o privilégio de testemunhar um fato que vai fazer a diferença para milhares e milhares de pessoas aqui no Distrito Federal. É por isso que eu queria fazer este aparte ao seu pronunciamento e agradecer por ceder esses dois segundos para o nobre Olair.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

Quero abordar outro tema, Deputado Chico Leite, Deputada Arlete Sampaio. Ontem à noite eu tive a oportunidade de coordenar no Condomínio Privê, que é um bairro da nossa querida Ceilândia, um debate muito importante. Um debate sobre segurança pública, Deputado Olair Francisco, envolvendo o Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal, que estava presente, Cel. Suamy Santana; o Comandante do 18º Batalhão da Polícia Militar de Ceilândia, Cel. Madureira; o Delegado Regional da Polícia Civil do Distrito Federal que cuida daquela região de Ceilândia, Taguatinga, Brazlândia e Samambaia; e o Delegado da 24ª DP, Dr. Mauro. Foi um debate com a comunidade do Condomínio Privê, um debate da mais alta representatividade e um debate muito bom, pois o Comandante da Polícia Militar, Deputado Dr. Michel, se dispôs a conversar com a comunidade para, em um gesto de humildade para com aquela comunidade, levar a visão que ele tem de segurança pública e pedir o apoio da comunidade com o trabalho que está sendo desenvolvido pelas forças policiais do Distrito Federal.

Ontem o Comandante Suamy Santana nos deu conta do concurso que está sendo aberto para a Polícia Militar. Então, cerca de mil policiais estarão integrando os quadros da Polícia Militar do Distrito Federal. Ele também falou do processo de licitação de cerca de seiscentas viaturas novas que serão adquiridas para a Polícia Militar do Distrito Federal. Falou do conserto das viaturas que estão baixadas. Falou da retomada da construção do prédio para o Batalhão da Polícia Militar na Ceilândia Norte. Portanto, Ceilândia passará a ter dois batalhões da Polícia Militar, já tem o 18º Batalhão na parte sul da cidade, e agora terá um Batalhão na parte norte.

Podemos perceber o trabalho que está sendo desenvolvido pela polícia itinerante, que é o comando itinerante. A cada semana o Comandante da Polícia Militar se desloca para uma região do Distrito Federal e dali coordena as ações da Polícia Militar no Distrito Federal. Quer dizer, uma administração realmente descentralizada e que começa a trazer os resultados necessários, que é a questão de baixar o índice de violência no Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2012	16h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Portanto, ontem eu saí daquele debate bastante animado, e já deixamos outro debate agendado com o pessoal do Condomínio Sol Nascente. Mostrando, então, esse trabalho realmente integrado entre Câmara Legislativa, por meio da minha pessoa, a Polícia Civil e a Polícia Militar do Distrito Federal. Eu sei, Deputado Dr. Michel, que V.Exa. é um delegado aposentado, mas é um delegado. Enquanto estiver com saúde e vivo, V.Exa. continuará sendo delegado, porque uma vez delegado, sempre delegado. Eu sei do trabalho de integração que V.Exa. realizava com a comunidade de Sobradinho II. Tanto é que V.Exa. elegeu-se Deputado Distrital com o apoio daquela comunidade, pelo trabalho de integração que V.Exa. fazia. Se V.Exa. fosse um delegado truculento, que não ouvisse a população, certamente não teria sido eleito.

Como dizia ontem o Coronel Suamy Santana, não existe segurança pública sem a integração da comunidade, não existe segurança pública sem a participação da comunidade.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, eu quero parabenizar V.Exa., que sempre traz assuntos de políticas públicas relevantes, com a propriedade de realizar um detalhamento e com uma ligação com os problemas reais da cidade. E nesse aspecto de integração comunidade/Polícia Militar, comunidade/Polícia Civil, eu gostaria de dizer que ontem estivemos na posse da nova diretoria do Instituto Comunitário do Gama. São vinte e poucas pessoas de várias áreas do Gama, cada uma cuidando de um aspecto diferente da cidade.

Tivemos a presença do Coronel Conde, que é o Comandante do 9º Batalhão do Gama, o que mostrou que o comandante está realizando um excelente trabalho no Gama. Esse conselho é formado em sua maioria por pessoas que residem no Gama há vinte, trinta anos, e até mais. A maioria dessas pessoas já está aposentada, tem formações acadêmicas diferentes, tem culturas diferentes, mas todas tem o objetivo comum que é valorização da cidade do Gama. Eu não conhecia o Coronel Conde, eu o conheci ontem à noite, nessa posse que aconteceu no Sabor da Roça – que por sinal tem uma excelente comida; esse restaurante fica naquela pista que desce do Gama para Santa Maria, do lado esquerdo.

Então, eu pude constatar exatamente isso. Na prática, pessoas extremamente críticas, que vivem exatamente para ver os problemas da cidade, mas elas destacaram uma séria de outros aspectos e fizeram um elogio à atuação do Comando da Polícia Militar do Gama. Estavam presentes também o delegado e muitos dos segmentos do Gama, representados.

Esse discurso de V.Exa. vem mais ou menos nesse sentido. Esse trabalho que o Secretário Sandro Avelar, que o Comandante da Polícia Militar do Distrito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2012	16h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Federal e que o delegado colega do nosso amigo Deputado Dr. Michel — S.Exa. disse que, como é delegado aposentado, é cobra sem veneno, cobra que não pica; eu não acredito muito nessa história, não — estão fazendo é excelente. Nós só precisamos combinar esse trabalho coercitivo com o preventivo. Quanto ao preventivo, eu fico sempre — até estou meio chato — batendo naquela tecla da qualificação profissional do jovem aprendiz.

Parabéns, Deputado Chico Vigilante, pelo seu pronunciamento.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

Para concluir, Deputado Agaciel Maia, uma coisa muito importante, dentre outras que eu ouvi ontem do Comandante Suamy Santana, é que, pela primeira vez na história das forças de segurança do Distrito Federal, está existindo uma verdadeira integração entre a Polícia Militar e a Polícia Civil do Distrito Federal. Dizia-me ontem, e para a comunidade, o Coronel Suamy Santana que essa é uma determinação do Governador Agnelo Queiroz, que eles estão seguindo religiosamente, e uma orientação do Secretário Sandro Avelar. Pela primeira vez, nós estamos experimentando uma verdadeira integração entre Polícia Militar e Polícia Civil do Distrito Federal. Nós já começamos a ver o resultado dessa integração, que é a diminuição do número de criminalidade no Distrito Federal. Uma série de crimes já está descendente. Isso é muito importante, isso é fundamental para que nós tenhamos efetivamente a paz e a tranquilidade aqui no Distrito Federal.

Muito obrigado, Presidente Deputado Dr. Michel, por ter-me permitido um pouco mais de tempo, mas é que esses dois assuntos, tanto o da economia solidária, como o da segurança realmente são temas que tomam um bom espaço de tempo. É importante nós debatermos esses assuntos aqui.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz, Vice-Líder do Bloco PSD. (Pausa.)

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Parlamentares, Deputadas e Deputados, quero só abrir aqui, ontem eu tinha um pronunciamento para fazer, Sr. Presidente, mas na hora em que eu cheguei aqui a sessão já tinha acabado.

Houve uma notícia, Sr. Presidente, que saiu na *Folha de S. Paulo*, que realmente é de arrepiar os cabelos da cabeça. Saiu um relatório da Polícia Federal, Deputada Liliane Roriz, assinado por dois agentes da Polícia Federal, no qual é citado que existia um esquema clandestino de espionagem que trabalhava a serviço do Governo do Distrito Federal. São fortes indícios que estão no relatório da Polícia Federal. Isso, Deputada Liliane Roriz, é algo muito triste porque nós não fomos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2012	16h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

capazes aqui nesta Casa de aprovarmos a CPI da Arapongagem. Então, é uma página muito mal explicada, pois nós não aprovamos essa CPI, e agora começam a surgir documentos, aos quais a *Folha de S. Paulo* teve acesso, que realmente confirmam o que nós falávamos aqui à época, Deputada Liliane Roriz: que existia um serviço clandestino a serviço do Palácio do Governo do Distrito Federal.

O que é muito triste ainda é que nas interceptações falavam o nome do ex-chefe de gabinete do Governador Agnelo Queiroz, Cláudio. Em determinado momento das interceptações telefônicas, há uma mensagem, que é muito clara, em que se diz que não estavam prestando um serviço ao Governo do Distrito Federal e, sim, que estariam vendendo um serviço ao Governo do Distrito Federal. Isso, Deputada Liliane Roriz, quando não tivemos a hombridade, esta Casa aqui, de abrir uma investigação, é algo que fica muito nebuloso. E, por sinal, hoje o Governo do Distrito Federal, com o grupo de policiais, já teria que ter publicado no Diário Oficial o resultado daquele grupo que ele formou, porque era até hoje o prazo para apresentar um relatório de quem arapongou quem; de quem espionou quem.

Então, eu gostaria que isso fosse encaminhado a esta Casa com a transparência devida e necessária, porque são em situações como essa que chegam as informações de onde nós não investigamos e se passa batido.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Sem revisão do oradora.) – Deputada Celina Leão, a *Folha de S. Paulo* de ontem teve um cuidado muito grande, porque, diferentemente do documento anterior, esse documento, esse relatório foi assinado e com o timbre da Polícia Federal.

Portanto, a maior preocupação com essa história, Deputada Celina Leão, é o crescimento de uma possível indústria de fabricação de provas falsas para tentar poupar alguns e incriminar outros. Isso é muito sério. E tem-se que levar em consideração que forjar documento e utilizar da imprensa como instrumento de manipulação é gravíssimo.

É isso o que eu queria dizer. Muito obrigada.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Com certeza, Deputada Liliane Roriz.

Então, fica aí uma página que não fomos capazes de esclarecer, esta Casa não foi capaz. Nem o famoso grupo que foi criado para esclarecer, até o momento não publicou nada no Diário Oficial e não veio à Câmara. Então, eu solicito que, se o prazo é até hoje, faça-se alguma, coisa, entregue-se um relatório aqui para a Câmara Legislativa.

Eu queria falar também sobre a questão dos conselheiros tutelares, Deputada Liliane Roriz. Ontem eu não tive a oportunidade de falar. Nós estamos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2012	16h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

colhendo assinaturas para uma possível prorrogação de mandato para quatro anos. Nós temos uma legislação federal, nós temos que providenciar uma legislação transitória. Estamos ampliando esse debate para que possamos realmente tentar atender as demandas. Nós sabemos das necessidades dos conselhos, da falta de estrutura e da falta de investimento nessa área.

Eu queria falar mais ainda, Deputado Dr. Michel. O Governo do Distrito Federal contratou as alfabetizadoras solidárias, que fazem as alfabetizações em todas as cidades do DF. Essa profissional é uma educadora, Deputada Liliane Roriz. Havia um compromisso do Governo do Distrito Federal de lhe pagar seiscentos reais, porque é algo que é repassado pelo Governo Federal. Até hoje, Deputada Liliane Roriz, essas alfabetizadoras não receberam nenhum salário, nenhuma pecúnia. Como, Deputada Liliane Roriz? Desde maio, as pessoas que fazem esse trabalho de alfabetização estão prestando um serviço para o Governo do Distrito Federal e estão sem receber salário. Então, faço um apelo aqui nesta tarde. São educadoras, têm contas a pagar. Eu acho que é o mínimo, o Governo tem que honrar. Um governo que fala de educação tem que honrar. E não só os quatrocentos reais, que é o repasse do Governo Federal, mas também os seiscentos reais, o salário mínimo, que é a promessa do Governador Agnelo. Eles não conseguem cumprir nem o repasse; pior a promessa. Fica aqui também o nosso pedido para que realmente seja revisto isso.

A Deputada Arlete Sampaio nos entregou um discurso sobre a questão das mulheres. Quero parabenizar a Deputada Arlete Sampaio pelo tema importante. Nós tivemos aqui no Distrito Federal um aumento significativo da violência doméstica, principalmente da violência contra a mulher. Nós somos a sexta unidade da Federação proporcionalmente no *ranking*, perdendo para outros estados. Sendo a Capital do País, estamos muito mal qualificados. Eu acho que nós temos várias coisas que são importantes e que precisam realmente ser defendidas.

Deixo novamente o meu apelo, porque eu gostaria de ter acesso ao relatório da Polícia Civil que foi feito para investigar a espionagem. Se isso não for mostrado com clareza, mostra que é manobra realmente para esconder o que iria ser ou o que poderia aparecer nessa CPI.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Queremos cumprimentar os nossos alunos que se encontram aqui nesta Casa de Leis. Sejam muito bem-vindos. Esta é a Casa de vocês. Para nós, é muito importante a presença de vocês. Queremos agradecer aos professores que os trazem aqui. Muito obrigado, professoras, por trazerem os alunos aqui para conhecerem esta Casa de Leis. Sejam muito bem-vindos.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Passa-se aos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2012	16h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente desta sessão, Deputado Dr. Michel, Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, como eu já disse à Deputada Celina Leão, ontem, dia 7 de agosto, a Lei Maria da Penha completou seis anos de sua promulgação. Nós queremos felicitar o Governo do Distrito Federal por ter inaugurado ontem, na estação 102 do Metrô, um centro de referência da mulher, justamente para atender as mulheres vítimas de violência, quer seja violência física, quer seja violência psíquica, quer seja violência moral, como também todas as mulheres que procuram um serviço para garantia dos seus direitos sociais.

Então, nós devemos comemorar. Eu convido todas as mulheres, sobretudo as Parlamentares desta Casa, para conhecerem aquele centro de referência, que sem dúvida será um espaço extremamente importante para as mulheres do Distrito Federal.

Em segundo lugar, eu quero aqui comentar a questão levantada pela Deputada Celina Leão no que diz respeito à chamada CPI da Arapongagem, que acabou não vingando nesta Casa. Quero dizer à Deputada que hoje perguntei diretamente ao Governador sobre o resultado do trabalho da Polícia Civil. S.Exa. ainda não havia recebido o relatório. Portanto, nós não temos conhecimento, mas nós temos outras informações que dizem que alguns blogueiros desta cidade inclusive foram lá entregar materiais de arapongagem para a Polícia Civil, certamente porque estavam preocupados em que também pudessem estar envolvidos nesse processo.

Então, eu acho que nós todos devemos aguardar. Eu tenho profundo interesse em conhecer o resultado dessa pesquisa, desse trabalho, dessa investigação feita pela Polícia Civil, porque em toda a minha vida eu abominei este tipo de atitude, de você usar determinados mecanismos para se imiscuir na vida privada das pessoas. Isso é inadmissível no Estado Democrático de Direito. Portanto, eu tenho interesse em conhecer esses resultados e serei uma das Deputadas, uma das Parlamentares que desejarão pedir ao Governador que encaminhe a esta Casa o relatório final da investigação da Polícia Civil, para que nós possamos eliminar do território do Distrito Federal esse tipo de prática, extremamente nociva à democracia e que ainda existe em nossa cidade.

Em relação aos conselheiros tutelares, nós, a Deputada Liliane Roriz, a Deputada Celina Leão, a Deputada Eliana Pedrosa e eu, tivemos recentemente a presença aqui de dois promotores do Ministério Público, que falaram sobre a temática dos conselheiros tutelares. E pareceu, a mim, pelo menos, naquele momento, que deveríamos entender que a legislação, a normatização federal que determina que, a partir de 2015, haja eleições concomitantes em todo o território



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2012	16h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

nacional com mandato de quatro anos nos propiciaria justamente fazermos neste momento, em Brasília, as eleições dos conselheiros tutelares mantendo o mandato de três anos. A partir, portanto, de 2015, coincidentemente, haveria a possibilidade de nós fazermos novas eleições com mandato de quatro anos igualmente para todo o território nacional.

Eu acho que esse é um tema que nós temos que voltar a discutir, e o Deputado Dr. Michel tem cobrado essa discussão. Parece-me que há hoje uma discussão para conversarmos sobre a questão dos conselheiros. Nessa reunião, eu tenho certeza de que nós poderemos chegar a algum consenso de como vamos encaminhar essa questão daqui para frente.

Era isso o que eu queria dizer, Sr. Presidente. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Sra. Deputada, na questão dos conselheiros, eu não estou sabendo da reunião, ainda não me falaram nada sobre ela, mas eu devo ser avisado.

Sobre a questão do Ministério Público, eu também não fiquei sabendo, porque não participei da reunião, mas o Ministério Público dá a ideia dele, e nós, enquanto Legislativo ou Executivo, adotamos se quisermos, porque ele dá a questão, ele dá o parecer dele. A lei federal diz que é uma diretriz, que as eleições para conselheiros tutelares, Deputada Arlete Sampaio, serão na segunda semana de outubro, após as eleições presidenciais.

Eu acredito que para nós adequarmos a nossa lei às eleições, para que sejam todas elas feitas universalmente, ou seja, em todas as unidades da Federação, nós poderíamos se quiséssemos, em vez de fazer eleição agora – porque a lei tem uma máxima que diz que ela não deve retroagir e que ela pode retroagir para não prejudicar –, então nós poderíamos se quiséssemos, aqui no Distrito Federal, em vez de fazer uma eleição agora, prorrogar o mandato destes que aí já estão. Teríamos menos custos, não gastaríamos tanto. Esses já estão, todos eles, fazendo o trabalho. Seria só uma adequação desses que aí estão. É só uma interlocução, uma conversa bem conversada a que se pode chegar. Eu acho que V.Exa. tem toda a razão, eu acho que o que está faltando é uma conversa, está havendo ruído nas comunicações.

V.Exa., que já foi Deputada Distrital por vários mandatos, Deputada Federal, Vice-Governadora, sabe muito bem o que é uma conversa. Eu ainda sou um Deputado de primeiro mandato, ainda sou um menino na questão política. Eu acredito muito ainda que a melhor conversa ainda vem.

Roberto Carlos é um grande cantor que diz que não interessa o motivo da guerra, a paz ainda é mais importante. Então, eu acredito que numa boa interlocução entre nós e o Executivo, principalmente pelo Governador, um governo do novo caminho, eu falei para eles, no dia, que eu acreditava que o Governador não saiba o que está acontecendo, porque se é um governo do novo caminho, se é um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2012	16h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

governador que veio para fazer a diferença, não deve saber dos acordos que estão sendo feitos aqui na Câmara Legislativa e que não estão sendo cumpridos pelo Executivo; de um governador que sabe que pode haver uma prorrogação para as pessoas que estão fazendo um bom trabalho e que por algum outro motivo não está sendo prorrogado.

Eu acho que nós devemos levar ao conhecimento do Governador, que é o timoneiro desse navio, para que ele possa tomar a decisão. Eu acho que essa reunião tem que ser feita o mais breve possível, para que nós possamos tomar uma decisão que seja boa para todo mundo. Eu acho que isso é importante.

V.Exa., Deputada Arlete Sampaio, foi muito feliz na sua colocação. Quero aqui lhe parabenizar pela colocação e inclusive pela defesa do que for melhor para Brasília, do que for melhor para a comunidade. Na comunidade estão os conselheiros. Este sempre foi o destino de V.Exa.: fazer o que é melhor para Brasília. V.Exa. está de parabéns.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu acho que há alguns meses os conselheiros tutelares vêm a esta Casa esperando uma resposta. Eu acho que é muito injusto eles estarem aqui e a gente não dar essa resposta. Eu acredito que eles confiam muito na sua responsabilidade, juntamente com o Governador. Que o Governador não faça isso. O que ele está fazendo é um tiro no pé, é o que faz com que todos esses conselheiros tutelares tenham essa falta de esperança que hoje existe no Distrito Federal. Que V.Exa., que é um porta-voz desta Casa, juntamente com o Governador tomem essa bandeira e resolvam de vez esse assunto dos conselheiros tutelares.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Com certeza, a solicitação de V.Exa. será acatada, mas essa bandeira não é minha. Essa bandeira é de V.Exa. e de todos os 24 Deputados que aqui estão, porque essa bandeira é a bandeira da comunidade do Distrito Federal. E, em se tratando de uma bandeira da comunidade do Distrito Federal, pela qual fomos eleitos para representá-la, nós não podemos ficar contrários a isso.

V.Exa. pode ter certeza de que nós levaremos isso o mais breve possível. E o Willemann, que se encontra aqui no plenário, que é um dos maiores interlocutores que já vi entre nós e o Governo do Distrito Federal, sem medir se é Oposição ou Situação, vai levar isso e marcar essa reunião o mais rápido possível.

Eu acho que de ontem para hoje já se adiantou bastante. Essa reunião já deve estar acontecendo por agora. Nós deveremos, então, resolver esse problema de hoje para, mais tardar, amanhã, porque esse problema já tinha que ter sido resolvido ontem, nem hoje nem amanhã. Mas nós estamos no aguardo. O Willemann



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2012	16h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

já está me olhando dali, e eu garanto que ele já está com o telefone no ouvido resolvendo o problema, porque quando ele pega o telefone, o problema já está resolvido. Pode ter certeza disso.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, primeiramente eu gostaria de saudar os conselheiros tutelares que estão aqui nesta tarde. Eles não estavam aqui quando eu fiz meu pronunciamento e quero deixar bem claro que há algo, Sr. Presidente, que está garantido por uma nova legislação federal. É este o nosso entendimento: um mandato de quatro anos. Nós não podemos permitir que aconteça uma nova legislação nesta Casa que o restrinja para três anos ou que o mantenha em três anos. Nós temos que acompanhar a legislação da Câmara dos Deputados, que realmente o mantém em quatro anos, Sr. Presidente, e criar uma legislação transitória para esses dois últimos anos.

Eu faço um apelo a todos os Parlamentares que ainda não assinaram o projeto de lei, que é importante. Qualquer coisa, a gente vai discutir, a gente está aberto ao debate, mas a gente não pode restringir direitos, somente ampliá-los.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, dois temas específicos me trazem hoje à tribuna desta Casa. Primeiro, aproveitando a oportunidade, com a presença do nosso Coordenador Legislativo, Willemann, como também a do Líder do PT, Deputado Chico Vigilante, fazer um apelo.

No ano passado, ainda como relator da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, recebi uma comitiva acompanhada, inclusive, do Campanella, solicitando que fosse inserida no parecer da LDO a contratação de alguns analistas para a área de planejamento e transporte. O DFTrans não tinha a mínima estrutura para funcionamento, porque existiam oitenta e poucos servidores. Havia um concurso, e era necessária, tendo em vista que somos hoje a quarta capital do Brasil em termos de população, a contratação de mais cento e poucas pessoas. Isso foi feito, foi aprovado e, mais recentemente, foi constatado que esse concurso de analistas de planejamento para a área do DFTrans vence agora, dia 31 de agosto, Deputado Dr. Michel, e a informação que nos chegou é a de que apenas sete analistas foram contratados.

Nós sabemos que, para uma cidade do porte de Brasília, com a complexidade e as deficiências no transporte, é preciso chamar mais profissionais. Eu quero fazer um apelo ao governo — eu acho que isso é compartilhado pelo próprio



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2012	16h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Campanella, que é do DFTrans —, porque não dá para fazer planejamento de transporte numa cidade com sete pessoas. Há necessidade de que até o final do mês se chamem mais analistas de planejamento.

Nós já nos distanciamos um pouco do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que permite, especialmente por causa da proximidade da Copa do Mundo, que se crie uma estrutura de servidores concursados, de pessoas altamente qualificadas que possam acompanhar a execução de todos os programas de melhoria de transporte de Brasília. Quero fazer um registro e um elogio ao VLP Gama e Santa Maria.

Estive, ontem à noite, na posse do Instituto Comunitário do Gama. Está ficando bonita a obra, Deputado Chico Vigilante, do VLP Gama, Santa Maria, que salvamos aqui nos 48 do segundo tempo, porque não havia sido inserida no PPA. Paramos a sessão e incluímos o projeto. Votamos na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, no Plenário e salvamos a licitação. Hoje a obra está sendo executada, o que vai facilitar, e muito, o transporte do pessoal de Santa Maria e do Gama.

Quero fazer um apelo ao nosso Secretário Wilmar e ao Willemann, no sentido de chamar, o mais rápido possível, uma quantidade maior de analistas de planejamento na área do DFTrans, para que a gente possa ter a Secretaria de Transporte eficiente.

Outro aspecto que eu gostaria de chamar a atenção diz respeito a minha caixa de *e-mail*, que está cheia de mensagens sobre o PDOT. Questões são levantadas, e tenho várias mensagens aqui, como a do Antônio José Pereira Brito, morador da Quadra 26, conjunto 2, lote 1, Park Way, que me solicita, em uma correspondência dirigida, que vote contra a inclusão, no PDOT, do art. 269, *a*, folha 13, PLC nº17, de 2011. Diz ele: "A Lei de Uso e Ocupação do Solo poderá definir critérios para ocupação de áreas públicas contíguas a lotes situados em setor de uso estritamente residencial, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário, pois a inclusão desse artigo no PDOT significa dar à Secretaria de Habitação do Distrito Federal – SEDHAB um cheque em branco para fazer o que bem entender das áreas verdes dos lotes residenciais, não só do Park Way, como de toda a Brasília".

Estou muito à vontade para comentar essas mensagens que vêm questionando alguns pontos obscuros do PDOT. Primeiro, porque não fiz nenhuma emenda ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Acho que seria de fundamental importância – tivemos toda a evolução desse projeto nas comissões e agora temos mais uma enxurrada de emendas – que se abra-se por meio do nosso sistema multimídia. Espero que o governo e todas as áreas envolvidas, inclusive os nossos Deputados que estão manuseando o PDOT com as secretarias envolvidas, façam uma audiência em que se possam esclarecer exatamente todos esses pontos obscuros, seja para os próprios Deputados que não estão diretamente participando,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2012	16h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

seja para os jornalistas que provavelmente estão também recebendo essas mensagens que estou recebendo em minha caixa de *e-mail*.

Espero também que isso seja aberto para todos os segmentos da sociedade, Chico Vigilante, a fim de que, quando aprovarmos esse PDOT, processo que já foi complicado no passado, ninguém tenha dúvida. Espero que as dúvidas sejam todas esclarecidas aqui ou no auditório e que os nossos Deputados que estão diretamente envolvidos com o governo não deixem nenhuma dúvida para nenhum segmento da sociedade, pois recebemos *e-mail* dizendo que o PDOT está dando um cheque em branco para a SEDHAB.

Imaginem que um sujeito tenha uma área verde em frente a sua casa e, de uma hora para outra, começa a ser levantada uma edificação na frente da sua residência sem ele saber o que motivou essa construção. Para que não tenhamos surpresas, para que não tenhamos questionamentos, seria importante que o projeto, antes de ser votado, tivesse também a participação do Ministério Público. Mais recentemente, contamos com a colaboração do Deputado Chico Leite no projeto, que pretende evitar as derrubadas de guaritas dos condomínios e de muros. Espero que o texto seja submetido inicialmente ao Ministério Público.

Por que não abrimos toda essa história do PDOT, artigo por artigo, parágrafo por parágrafo, para o Ministério Público, a imprensa, os Deputados e os síndicos dos condomínios, a fim de que Brasília não tenha quaisquer dúvidas sobre esse projeto que está para ser votado nesta Casa? E nós, Deputados, tenhamos inclusive condições de responder. Às vezes, Deputado Rôney Nemer, são questões levantadas que não têm nada a ver e são espalhadas. Sabemos o poder que tem essas redes sociais de espalhar essas comunicações. Então, que isso seja esclarecido e possamos dizer: "Olha, a Câmara Legislativa está votando o PDOT, mas participaram o Ministério Público e todos os segmentos da sociedade envolvidos, todos aqueles que quiseram compareceram ao auditório da Câmara Legislativa para tirar todas as dúvidas sobre o PDOT."

Isso daria muito mais conforto na hora da votação e não atrasaria o projeto – atrasar uma semana, dez ou quinze dias, não há problema algum –, e nós extirparíamos qualquer dúvida que a sociedade tivesse a respeito desse assunto. Era o que eu tinha a falar, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Srs. Deputados, passo a presidência ao Deputado Olair Francisco, para que eu possa fazer uso da palavra.

(Assume a Presidência o Deputado Olair Francisco.)

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Antes de passar a palavra ao Deputado Dr. Michel, eu gostaria de comunicar aos conselheiros tutelares que fiquem despreocupados, pois este Parlamento não permitirá que injustiça alguma seja cometida contra vocês. Estamos trabalhando nesta Casa para defender o cidadão e não para atrapalhá-lo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2012	16h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (PEN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, quero pedir desculpas a todos que estão aqui. Ninguém tem a obrigação de ouvir, mas eu não poderia deixar de falar. Peço desculpas ao meu ex-Líder por eu ter saído do bloco.

É com muito pesar que venho aqui. Venho aqui com o coração doído, com o coração cheio de mágoa, mas eu não poderia deixar de fazê-lo, Sr. Presidente, porque um homem não pode ser achincalhado e deixar as coisas acontecerem. Eu não tenho rabo preso nem rabo de palha, para não poder pular fogueira. Vejo um colega de Parlamento falar o que falou de mim e ficar calado. O que tiver de falar, pode falar para mim. Roupa suja se lava em casa.

Eu vi, na coluna do Cláudio Humberto, um colega falar de mim. De mim, não se fala. Se falarem, têm que provar. As coisas que eu faço não são às escondidas. Eu as faço de forma aberta, porque as minhas coisas, eu escrevo certo por linhas tortas. Não sou Jesus Cristo, mas as minhas coisas são retilíneas.

Quando digo que não vou usar o carro que foi comprado pelo Presidente é porque não acho justo usar o carro que foi comprado por esta Casa, pois tenho um carro alugado. Se tenho um carro alugado, não devo usar outro. Assinei para comprarem o carro, porque acho que, na estrutura desta Casa, tem que haver carro. Não para eu usar, mas para que os funcionários desta Casa, se necessário for, usem. Em todas as outras Casas há carros para os funcionários usarem. Agora, se tenho um carro alugado, por que vou usar o carro desta Casa? Não vou usar. Não vou usar porque tenho um carro alugado. E sou pego de surpresa, na coluna do Cláudio Humberto.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DR. MICHEL – Não. Agora, não. Eu vou falar primeiro. Depois V.Exa. fala. V.Exa. já falou o que tinha para falar na coluna do Cláudio Humberto.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO DR. MICHEL – Agora, não. A palavra está comigo.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO DR. MICHEL – V.Exa. me respeite! Agora, não. V.Exa. não vai falar agora. V.Exa. vai falar quando eu lhe der a palavra. A palavra está comigo. V.Exa. não vai falar agora. V.Exa. vai falar na hora em que eu lhe conceder o aparte. A palavra está comigo. V.Exa. falou na coluna do Cláudio Humberto. Agora, não há aparte.

“O Deputado Distrital Siqueira Campos, do PSC, questionou nesta quinta-feira, dia 2, a posição dos Deputados Joe Valle, do PSB; Dr. Michel, do PEN, e Olair Francisco, do PTdoB, que abriram mão de um Ford Fusion zero quilômetro, a título



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2012	16h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

de carro de representação da Câmara Legislativa. Segundo o Deputado, abrir mão de um carro de sessenta mil reais e continuar pagando três mil e seiscentos reais de aluguel”, primeiro, o carro que aluguei não é R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), não, pessoal. É R\$ 4.000,00. (quatro mil reais). E não é escondido, não. Está lá no meu *site*. Não é escondido, não, porque não faço nada escondido. Está lá. É uma Hilux. Tenho esse carro e rodo sete mil quilômetros por mês, porque ando nas roças, eu ando onde mora o povão. Eu ando é onde o povo precisa e não é escondido, não!

Mas eu ando é com o dinheiro da verba indenizatória! Eu não ando escondido, não! Eu não faço nada escondido. E se for ilegal, V.Exa. como Corregedor pode abrir um processo contra mim por decoro parlamentar e eu estou aqui disposto a responder.

Agora, botar em *blog*, não, porque eu não faço nada escondido. Está aqui entre aspas: “não traz benefício para a sociedade”. Traz sim. Traz benefício para a sociedade, sim, porque essa caminhonete anda nas roças vendo o que o povo está precisando: vai lá a Planaltina para botar luz para o pobre, vai lá ao Sol Nascente ver se o pobre está pisando na merda, ver se o pobre está pisando na lama! E é com esse sapato velho aqui, não é com sapato que custa dois mil e quinhentos contos, não! Não é com sapato de três e quinhentos contos, não. Eu não tenho condições de pisar em um sapato desse, não, porque eu vivo do meu salário. Eu vivo na pobreza também, igual o povo e sou do povão!

Então, não é por isso, não, porque a caminhonete é de 2010 e ela está com noventa mil quilômetros rodados de tanto eu rodar para usar para o povo. Não é para mim, não! Ela custa quatro mil reais por mês, é da verba indenizatória desta Casa e está no meu *site*.

E digo mais ainda, continua aqui na coluna do Cláudio Humberto: “que gastam com aluguel de veículo aos cofres públicos”. “Será que eles vão deixar de alugar?” Não vou, não! Não vou, não, porque eu preciso de um carro para andar e eu não posso tirar. Eu recebo – e vai estar o meu contracheque publicado –, eu recebo nesta Casa R\$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais) por mês.

Não! Vou falar, Deputado Rôney Nemer. Não, eu tenho de falar, eu estou engasgado e se eu não falar, eu dou um enfarto! Eu tenho de falar! Tenho de falar! Então, eu recebo R\$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais) por mês e vou alugar! “Será que eles vão deixar de alugar?” Não vou, não!

“Ele classificou a atitude dos deputados como demagogia”. Demagogia, não, porque demagogia é substantivo. Demagogo também eu não sou, não, porque demagogo é quem faz as coisas e não assume. E eu assumo tudo o que eu faço. Substantivo também eu não faço, não, porque eu não ando fazendo demagogia, não! Não faço demagogia com as coisas e muito menos demagogo, porque eu não sou demagogo. O que eu faço, eu assumo. Sempre assumi aqui, inclusive, o meu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2012	16h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

posicionamento quanto aos 14º e 15º salários. Eu fui um dos únicos que falei: vou abrir mão porque o povo quer, porque eu nunca escondi meus posicionamentos aqui dentro. Nunca! Nunca escondi. Se tem uma coisa que eu não sou é demagogo e não faço demagogia. Eu sou uma pessoa aberta.

E continuo aqui, ainda lendo: “já que eles não prometem devolver a verba indenizatória que usam para alugar os veículos. É um gasto irregular”. Não tem nada de irregular. Não tem nada de irregular! Os gastos são dentro da regularidade. Eu queria pedir que gravassem aqui e colocassem nos Anais, e que o Presidente abra um processo de decoro parlamentar para provar se há alguma irregularidade na verba que eu gasto aqui nesta Casa. Se tiver alguma irregularidade, que me cassem! Que me cassem! Porque isso aqui, isso aqui é um escárnio. Fazer isso com um Parlamentar que vive trabalhando em prol do povo! Eu não admito isso.

Eu acho que o Deputado que coloca uma coisa dessa aqui de um colega de Parlamento, ou ele está desavisado, ou ele não respeita os colegas de Parlamento. Eu nunca fiz isso aqui com nenhum colega de Parlamento e eu não admito que façam isso aqui comigo. Isso é um desrespeito.

Outra coisa: o colega deve averiguar melhor, porque o Deputado Joe Valle e o Deputado Olair Francisco não alugam carro. Os dois não alugam carro. Dos três que aqui estão ditos, eu sou o único que alugo carro. Os outros dois não alugam. Então, deveriam pelo menos ter livrado a cara dos dois. Que falassem de mim, mas do Deputado Olair Francisco e do Deputado Joe Valle, não, porque os dois não alugam carro. Eu alugo porque preciso, porque tenho necessidade para fazer o meu trabalho parlamentar para a comunidade.

Agora, vir fazer trampolim em cima de mim, não. Em cima de mim, não faz, não. Até porque eu não tenho rabo preso, não tenho rabo de palha, tudo o que eu faço nesta Casa é público e notório. E eu faço em prol do povo.

E mais: fazer um negócio desse aqui e colocar na imprensa é brincar com um homem sério. E comigo ninguém brinca, não. Eu tenho 28 anos de serviço público e não tem nada que macule a minha imagem. Não tem nada! Não tem nada que macule a minha imagem, e não vai ser nesta Casa, em que eu vou vir aqui trabalhar para o povo e pelo povo. Eu fui eleito pelo povo. Eu tive 13.256 votos, e pode pegar lá. Foi o povo que me ajudou me elegendo. Eu tive sessenta mil reais nas minhas contas, e não foi conta de segundo lá, nem fazendo nada errado, não. Foi o povo que me elegeu. Os meus votos foram todos na área que eu trabalhei como delegado e prendendo os outros, para chegar aqui e quererem denegrir a minha imagem. Isso é uma vergonha para mim.

O meu filho leu isso. Eu tenho um filho com 23 anos que é soldado dos bombeiros. Pegaram isso lá nos bombeiros e ficaram achincalhando o meu filho, coisa que nunca aconteceu comigo na minha vida de policial. Nunca aconteceu isso na minha vida de policial, e vem acontecer aqui no Parlamento, por um próprio



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2012	16h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

colega de Parlamento que eu não posso dizer que é amigo de Parlamento. Já dizia o grande mestre estagirita peripatético, que é o grande Aristóteles: no Parlamento ou na política, os amigos são falsos, mas os inimigos são verdadeiros.

Eu não sei o que fazer, porque eu pensei que estivesse entrando numa Casa onde iria ter verdadeiros amigos, porque os meus inimigos são aqueles que querem entrar aqui. Eu nunca tripudiei em cima de ninguém. Eu tenho um filho, coitado, que é soldado dos bombeiros, que pegou isso aqui, veio mostrar para mim e disse: "Poxa, pai, o pessoal pegou isso aqui nos bombeiros e estava me sacaneando lá. Dizem que o senhor é mais um. Dizem que está entrando lá para se locupletar com a coisa alheia". Eu nunca, eu nunca na minha vida pública de 28 anos, porque hoje eu sou um delegado de polícia aposentado, peguei um centavo de ninguém! Nunca me locupletei! Eu não entraria nesta Casa para fazer nada. E estou vendo isso aqui agora por causa da porcária de um carro de que eu não preciso.

Eu sei, Deputado Rôney Nemer. É porque você não tem um filho de 23 anos que chegou à sua casa, olhou um negócio desse e veio para cima de você. O Guilherme, meu filho, soldado dos bombeiros, veio para cima de mim e falou: "Você está usado agora carro alugado e carro da Casa. O senhor não tem vergonha na sua cara, não?" Como é que eu explico isso para um garoto de 23 anos que é um soldado dos bombeiros? Eu não tive cara. Ou eu fazia isto aqui, ou eu morria do coração.

Ontem eu fui parar no hospital com a pressão de 22/8. Se medir agora, dará 200/1. Vai dar 200/1, porque com homem não se brinca. No dia em que eu perder a minha moral, eu prefiro morrer. Você pode ter certeza disso. Porque com a moral de um homem não se brinca, e com a minha ninguém vai brincar. Porque no dia em que eu precisar sair daqui por causa de um carro alugado, ou porque não poderei andar num carro, eu renuncio ao Parlamento.

Como diz o grande Deputado Distrital Chico Leite, eu não estou aqui por profissão, eu estou aqui por representação. Porque eu estou na idade do *avohai*, estou na idade de ser avô e sou pai. Se for para ficar aqui para me locupletar da coisa alheia, eu vou para casa brincar com o Michelzinho. Eu não preciso estar aqui. Eu tenho profissão. Eu sou delegado de polícia aposentado. Estou aqui, sim, para ajudar aqueles que necessitam, e não para me locupletar por três mil e seiscentos ou quatro mil reais de um carro alugado.

Muito obrigado. A palavra está com V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Eu, primeiro, Deputado Dr. Michel, gostaria de acrescentar em seu discurso que às vezes é melhor a gente optar pelo silêncio, que o resultado se torna melhor. Eu também quero dizer que estou indeferindo um pedido de V.Exa. para o Conselho de Ética, a questão da verba indenizatória, porque está tudo dentro da lei. O que está dentro da lei não tem que ser questionado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2012	16h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS (PSC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu acho que as pessoas estão muito ofendidas com poucas coisas. Todos nós aqui e os demais, com muito mais conhecimento do que eu, sabem o quanto a imprensa às vezes é sensacionalista. Eu próprio, quando cheguei aqui na primeira semana nesta Casa, a minha fotografia estava em todos os jornais como se tivesse recebido o 15º salário. Nem conta havia aberto nesta Casa.

O que eu não vou me furtar é de dar a minha opinião, o meu ponto de vista sobre cada coisa que vierem me perguntar. Já faço como pessoa, e como Parlamentar é a minha obrigação. Quando o jornalista me ligou para perguntar se eu abriria mão do carro, eu disse que não, porque estava fazendo um benefício ao contribuinte. Porque entre alugar um carro, como eu alugo de três mil e seiscentos reais – e não citei que era ninguém, e sim o meu – e abdicar de um, para continuar alugando outro, eu estaria trazendo um prejuízo para o contribuinte do Distrito Federal. Falei, sim. Não seria demagogo em abrir mão do carro e continuar alugando outro carro.

Eu sou a favor desse carro desde que se começou a questionar nesta Casa sobre a compra dele. Não sou a favor da compra do carro para a Mesa, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Eu sou a favor da compra do carro para todos os Deputados! Porque se todos abrissem mão desse percentual da verba indenizatória para ter um carro comprado pela Casa, estaríamos fazendo, sim, um serviço ao contribuinte do Distrito Federal.

Eu não chamei ninguém de demagogo, não citei nome de ninguém. Se, para aqueles que haviam renunciado antes, havia um jornalista com o nome dele, não se falou para mim o nome de nenhum. Então, não chamei o Deputado Dr. Michel de irregular nem de demagogo, como não chamei nenhum dos colegas. E se tivesse chamado, eu diria, mas não chamei. Todos nós, muitas vezes, somos mal interpretados pela imprensa, que nem sempre diz a verdade. Quantas vezes vocês já passaram por situações assim? Então, o pito foi desnecessário, e era um pito para se dar a um funcionário, realmente em quem não tem caráter. Deveria não ter perdido a oportunidade e ter falado comigo antes.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acho que há algo que é muito importante ser falado aqui e com muita clareza – o Deputado Agaciel Maia chegou a colocar aqui o assunto. Eu acho que esta Casa vive um momento importante: a votação do PDOT, mas as nossas caixas postais, como diz muito bem o Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2012	16h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Agaciel Maia, muitas vezes ficam lotadas com várias perguntas e afirmações, talvez até pela falta de informação do que realmente nós podemos mexer no PDOT.

Nós temos emendas que foram frutos de ADIn, porque na lei há vácuos. E o Executivo tem todo o direito, é dele a iniciativa do projeto, de enviar para a Casa, para que esta Casa vote onde não há legislação. São sessenta itens! O que não se pode neste momento é ampliar e votar o que não foi motivo de ADIn.

O que não se pode também nesta Casa é que o governo seja instrumento de perseguição deste ou daquele outro do passado. Isso também não podemos permitir, porque nisso não há nada de democracia, nisso não há nada de legalidade. Acho, sim, que temos de votar o PDOT, mas temos de votar o PDOT com consciência e transparência de que vamos votar algo que não será fruto novamente de uma ADIn. Nós vamos todos os anos votar o PDOT aqui, não é possível! Não aprendemos a lição?

O PDOT agora, nesse momento, não pode ampliar o que foi fruto de ADIn. É muito clara essa matemática! O que me estranha é o vazamento de informações da própria Secretaria de Habitação, que informa que há emendas parlamentares mudando destinações de áreas rurais para áreas urbanas, e não é essa a verdade, porque há emendas parlamentares, sim, preservando onde não deveria ter sido mexido pelo Governo do Distrito Federal, nem para perseguir, nem para beneficiar.

E aí, eu quero ser muito transparente. Faço parte da Comissão de Assuntos Fundiários. E aqui quero parabenizar o Deputado Rôney Nemer, S.Exa. fez um trabalho extraordinário. Só não teve acesso às informações quem não participou da reunião. S.Exa. leu emenda por emenda. E não há o que se falar, o que pode ser votado, nós vamos votar. O que é fruto de ADIn iremos votar. O que era área urbana vai continuar urbana; o que era rural vai continuar rural, a não ser que haja ADIn. Isso é muito claro para nós.

O que não dá é para se criar nesta Casa um clima de suspeição sobre o que iremos votar, para esconder verdadeiramente o projeto enviado pelo Executivo. Porque o Executivo manda projetos. Mandou, sim, com áreas que eram rurais destinadas para urbanas, e que são propriedades privadas. Eu ainda não trouxe para este plenário os nomes dos empresários que serão beneficiados. E agora o Executivo passa as informações pela metade; que as passe corretamente! O que não dá é se criar clima de suspeição na Casa sem fazer um debate franco, um diálogo franco.

E aí, acho que não temos condição de votar antes de o Ministério Público vir aqui dar sua opinião, nos dizer se está ou não de acordo, antes de ouvirmos os consultores da Casa. Eu fiz um voto em separado, estou muito tranquila, de acordo com cinco consultores concursados desta Casa que o assinaram. Não votei com o Executivo, o meu voto está muito claro. O que não vou admitir são essas tentativas rasteiras de se tentar criar uma suspeição que não existe, de querer justificar que em alguns momentos, para o governo, há o interesse público, mas para alguns



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2012	16h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

adversários políticos do passado o interesse não é tão público assim. Isso não irei admitir com ninguém.

Eu quero fazer esse debate aqui, pois é preciso que isso fique registrado. Temos que votar com tranquilidade. Acabei de dar uma entrevista. Segunda-feira, o governador vai chamar a Base para uma conversa sobre o PDOT. Que a Base informe ao governador que precisamos dialogar mais, que o Ministério Público precisa dar a sua opinião, que não podemos votar da forma como foi feito no passado. Isso não pode acontecer mais. Chega! Esta Casa já é a Geni, todos jogam pedra. Deputado trabalha sábado, domingo, feriado, final de semana, mas o dia em que não atendemos telefone, nossa! Ficamos metidos, crescemos demais. Nossa vida é pública, sim, devemos satisfação para todo mundo, sim, mas não dá para deixar esse tipo de coisa acontecer aqui e darmos o nosso aval.

Fica o recado para que possamos dialogar, possamos trazer o Ministério Público, e depois de todo o debate feito aqui, encaminharemos isso com calma, porque não tem ninguém sendo tirado da força para se votar esse PDOT.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO OLAIR FRANCISCO) – Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou voltar no dia de hoje, nesta quarta-feira, Deputado Paulo Roriz, a um tema que pretendo sustentar desta tribuna todos os dias, até que ele se resolva: a questão da licitação pública que o Governo do Distrito Federal pretende fazer no transporte público do Distrito Federal.

O governo encaminhou o processo de licitação, e ele está correto. Nós temos o pior sistema de transporte público do Brasil aqui no Distrito Federal. Entretanto, Deputado Siqueira Campos, o Tribunal de Contas do Distrito Federal teima em impedir que o Governo do Distrito Federal realize a licitação pública. Talvez o problema seja que os conselheiros e os técnicos do Tribunal de Contas do Distrito Federal não andam de ônibus, não sabem o que é pegar uma carcaça velha – dessas que está circulando pela rua – e que o governo quer efetivamente renovar. Fazendo a licitação, cerca de três mil ônibus no Distrito Federal serão trocados.

O governo já cumpriu todas as exigências colocadas. Entretanto, cada vez que se cumpre o que foi colocado, eles inventam mais uma. Fazem dezenas de exigências, o governo as cumpre, Deputado Agaciel Maia. Ao cumpri-las, eles pedem mais, e o governo vai cumprindo. O mais interessante, Deputado Cristiano Araújo, é que há uma determinação da Justiça do Distrito Federal mandando fazer a licitação. Portanto, a Justiça manda fazer a licitação e o Tribunal de Contas do Distrito Federal impede que seja feita a licitação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2012	16h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Eu espero, conto e acredito que o Governo do Distrito Federal vá entrar no Tribunal de Justiça para que determine que aconteça a licitação. Nós não podemos ficar aceitando passivamente essa situação imposta ao Distrito Federal, numa verdadeira proteção que é dada hoje a esse sistema caótico do transporte público do Distrito Federal. Quando eu fui Deputado em legislatura passada, Deputado Olair Francisco, se dizia que dentro deste Parlamento existia a bancada da catraca, que eram os defensores daquele velho sistema de transporte público. Espero que essa bancada da catraca não tenha migrado para o Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Espero que não tenha ido para lá, a fim de impedir um anseio, que é o anseio do conjunto da sociedade do Distrito Federal: a licitação pública para a contratação de um novo sistema de transporte público para o Distrito Federal. Eu acho que é a hora de o movimento sindical, os sindicatos de trabalhadores, os usuários do transporte público irem às ruas exigir que essa licitação pública aconteça. Nós não podemos ficar assistindo passivamente a essa situação imposta à população trabalhadora do Distrito Federal, porque é o trabalhador que sofre com esse sistema de transporte que está aí.

Portanto, a partir deste momento, todos os dias eu estarei falando aqui, todos os dias eu estarei conclamando a sociedade a se levantar contra isso que o Tribunal de Contas do Distrito Federal está fazendo com a população, com os trabalhadores do Distrito Federal.

Agora, esse Tribunal de Contas, que é tão exigente com o cumprimento das leis, não cumpre as leis. Nós vimos o clamor que foi feito pela mídia — a mídia e a imprensa estão certas — para que todos os Poderes publicassem os salários dos servidores na internet, que dessem publicidade aos salários. A Câmara Legislativa fez isso, o Poder Executivo fez, o Poder Judiciário está fazendo. E qual é o órgão que não faz? Exatamente o Tribunal de Contas do Distrito Federal. O Tribunal de Contas do Distrito Federal não cumpre a Lei de Acesso à Informação, não divulga os salários dos conselheiros e dos funcionários. A justificativa dele é que o salário está à disposição e que cada pessoa que quiser pode fazer um requerimento para o tribunal informar.

Eles estão escondendo o quê? Por que não publicar os salários? Até porque seria interessante que fosse publicado, porque estou sabendo que eles encaminharam a esta Casa um projeto propondo um aumento de salário. Portanto, precisamos saber quanto eles estão ganhando para que possamos analisar, Deputado Siqueira Campos, se merecem que se pague mais para eles.

Eu sou contribuinte. Eu pago os meus impostos. Eles são sustentados pelos meus impostos, pelos impostos dos cidadãos homens e mulheres de bem do Distrito Federal. Eu preciso, Deputado Agaciel Maia, saber quanto eles ganham. O Senado Federal já publicou, a Câmara dos Deputados já publicou, todos os tribunais superiores já publicaram, o Poder Executivo fez inclusive a publicação do Ministério



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2012	16h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

da Defesa — que envolve a Marinha, a Aeronáutica e o Exército —, este Poder Legislativo publicou. O Deputado Agaciel Maia foi mais além e publicou o contracheque. Eu também vou publicar o meu, porque tem de ficar expresso quanto ganhamos. S.Exa. está certo.

Entretanto, o Tribunal de Contas do Distrito Federal está escondendo essa informação da população. Esse mesmo Tribunal de Contas, que segura com a mão de ferro a licitação do sistema público de transporte do Distrito Federal. Portanto, é a hora de a sociedade se levantar contra essa indecência que é proibir a realização dessa licitação pública que só vai beneficiar os trabalhadores e as trabalhadoras do Distrito Federal, a economia do Distrito Federal, porque à medida que nós tivermos um transporte público de qualidade, Deputado Siqueira Campos, mais gente vai deixar os carros em casa e vai andar de ônibus, vai andar de VLP — Veículo Leve sobre Pneus, vai andar de metrô, porque é assim nos países onde há um transporte de qualidade. Nós queremos que a Capital da República comece a ter um sistema de transporte público de qualidade, até para dar exemplo ao restante do Brasil.

Muito obrigado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – A respeito do assunto abordado pelo Deputado Chico Vigilante, tive oportunidade também de falar com o Governador da importância disso. Sabemos que os órgãos de fiscalização — digo isso porque já fui auditor — vão adquirindo conhecimento a partir do momento em que vão fazendo as exigências. Hipoteticamente falando, o sujeito faz uma série de exigências no Estádio Nacional de Brasília. Se o sujeito não tem experiência em estrutura de estádio, o órgão de fiscalização vai adquirindo o *know how* aos poucos e vai cada vez mais complicando, porque passa a entender mais do assunto e passa cada vez mais a se aprofundar e complicar o órgão executor.

Tive oportunidade de falar com o Governador sobre questões fundamentais para a população, como é o caso dessa troca dos ônibus de Brasília, porque isso é uma vergonha para todos nós. Nós sabemos que, para nós que temos carro, é muito cômodo assistirmos a esses ônibus que passam. Quando vamos às RAs no final da tarde, é muito difícil não ver dois ou três ônibus parados com as pessoas esperando que chegue outro, quando na realidade nem aqueles chegariam em menos de duas, três horas.

O Governador tem que pegar esses editais de licitação que são importantes, sentar com a Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dizer: “Chame o corpo técnico, chame os seus auditores, coloque todas essas exigências que vocês querem fazer nesse edital — que eu estou aqui com meus secretários —, todas as alterações que você acha que devam ser feitas para que fique, do ponto de vista jurídico, perfeito. Faça essas alterações aqui”. Eles fazem todas as recomendações, o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2012	16h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

peçoal altera uma, duas, três vezes, até se chegar ao aprovo do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Porque o que acontece hoje é o seguinte, Deputado Chico Vigilante: os auditores fazem uma exigência. Vai para o GDF. O GDF, com seus profissionais, vai responder. Isso leva quinze dias. Volta para o Tribunal, que leva quinze dias para dizer que há uma nova exigência, ou um mês para devolver, aí fica esse vai e volta, vai e volta, e a população sofrendo dentro desses ônibus sucateados de Brasília. O que acontece com governadores de Estado é que eles vêm para Brasília, se internam aqui e só saem quando estão com a situação resolvida. E dizem: “Enquanto eu não estiver com esse texto aprovado, de maneira que eu possa colocá-lo na rua e ninguém possa questioná-lo, eu não vou sair daqui”.

Eu acho que ao Governador Agnelo, em casos dessa natureza, e ao corpo técnico do Tribunal de Contas do Distrito Federal, do qual pelo menos as pessoas que eu conheço são altamente qualificadas, todas elas admitidas mediante concurso público, está faltando exatamente esse empenho político. Porque, às vezes, até há má vontade política, afinal de contas os conselheiros, o pessoal todo é humano. Às vezes têm ideologia diferente, formação acadêmica diferente, são de regiões do País diferentes, acham que determinadas coisas são erradas quando outros acham que são corretas, mas há necessidade do pulso forte do Governador. O Governador tem que ir ao tribunal e dizer: “Vim aqui pedir ajuda de vocês, para que a gente coloque esse edital dos transportes na rua. Diga tudo o que você tem que alterar nesse edital que eu volto amanhã, se não puder ser feito hoje, mas volto em 24 horas, em 48 horas para, pessoalmente, buscar esse edital para colocá-lo na rua e para que ninguém possa colocar nenhuma vírgula no que estiver escrito”.

De maneira que a gente vire essa página, porque já é um ano e seis meses de sofrimento, principalmente das pessoas mais indefesas, que são as pessoas obrigadas a pegar esses ônibus vergonhosos todos os dias na Capital do País. Se você for a Goiânia, há trinta empresas lá, ônibus novos. Para todo lugar que você vai, o sistema de transporte mudou.

Agora imagine V.Exa. que chegue a Copa do Mundo e a gente esteja com esses chamados baús, que quando chove é o mesmo que estar na chuva, sendo que de dez que saem, oito às vezes não chegam ao destino. Que imagem vamos transmitir para o resto do mundo? Teremos a Copa do Mundo. A Copa das Confederações começa em 15 de junho do próximo ano, e vamos ser o primeiro estádio a ficar pronto, o que é um grande *marketing* de competência para o Governador Agnelo. A partir do momento em que o Governador Agnelo apresenta o Estádio Nacional de Brasília como o primeiro estádio a ficar pronto para a Copa das Confederações ano que vem, isso vai repercutir na Fifa, a Fifa vai fazer matéria, vai ser transmitido em vários países do mundo. Isto é um atestado de competência para o Governador Agnelo: entregar esse estádio como o primeiro a ser aprovado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2012	16h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Mas não podemos fazer um gol, por sermos o primeiro estádio da Copa a ficar pronto, e depois termos matérias sobre a área de infraestrutura, principalmente na área de transporte, que é um caos total. Se eu fosse o Governador Agnelo, eu iria para dentro do Tribunal de Contas do Distrito Federal e arrancaria o edital de lá dizendo: coloquem as vírgulas que vocês têm que colocar, coloquem o que vocês tiverem que colocar, mas eu preciso colocar esse edital na rua, virar a página desse transporte urbano de Brasília, que não tem uma adjetivação adequada para se fazer aqui em plenário.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Agaciel Maia.

Eu gostaria de falar também sobre a fala do Deputado Chico Vigilante. Sempre tenho feito várias críticas ao Governo Agnelo, tanto na questão de gestão quanto na questão das denúncias, mas se eu posso citar uma coisa boa que o Agnelo fez, não consigo me lembrar de nenhuma outra, é essa licitação. Essa licitação é algo realmente positivo. Acredito que a fala do Deputado Chico Vigilante aqui é considerável, até porque quem vive o dia a dia do transporte hoje, que precisa do transporte público, está sendo massacrado.

Acho, Deputado Chico Vigilante, que esta Casa tinha que se manifestar, sim. Podemos tirar uma bancada de Parlamentares, liderados por V.Exa., o que o Deputado Agaciel Maia está se propondo a fazer também, não precisa ser de Base ou de Oposição, para que a gente possa também, juntos aqui, pedir para que essa licitação saia. A gente sabe que isso vai melhorar a condição do dia a dia das pessoas.

Sabemos que só os ônibus não vão conseguir atender hoje a demanda, sabemos que se precisa de transporte de massa, mais metrô, mais VLP. Estamos vendo as construções e realmente temos que parabenizar o que é positivo. A fala é contundente, mas não podemos só ficar na fala. O Deputado Agaciel Maia foi muito feliz na sua colocação e este Poder tem condição para isso. É um Poder constituído para isso, nós somos representantes do povo. Acho que V.Exa. tem que levantar uma comissão, pode me colocar junto. Para o que pudermos fazer nesse sentido, pode contar com o nosso apoio.

Estamos só com três Parlamentares, não temos *quorum* regimental para continuar. Eu só gostaria, antes de terminar a sessão, o Deputado Olair Francisco estava brincando aqui comigo, dizendo que o governo vai tirar a administração dele porque ele passou a Presidência da Câmara para mim e ele está com medo de eu abrir três CPIs. Mas é brincadeira.

Eu queria parabenizar os conselheiros tutelares. Eu acompanhei, estive presente na Câmara dos Deputados, Deputado Chico Vigilante, e esses companheiros que estão aí em cima, por várias vezes, eu os encontrei quando fui à Câmara. Se hoje o projeto federal existe, foi porque os companheiros de Brasília foram à Câmara



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2012	16h	63ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

dos Deputados e lá fizeram um trabalho permanente. Eu devo ter encontrado com vocês lá umas quatro, cinco vezes. Então, eu acho que é muito importante esse trabalho que vocês estão fazendo hoje na Câmara, de se fazerem representar.

Esse debate é amplo, ele começa aqui na Câmara e vai ao Executivo. Vocês conseguiram abrir portas para um diálogo, para um debate. Nós estamos com um projeto de lei. A Selma vai nos passar também mais informações sobre outros Estados que estão com prorrogação de mandato, para que possamos buscar saídas e alternativas.

Mas eu quero deixar um recado para vocês: eu não conheço nenhuma vitória sem luta e sem mobilização. Nada cai em cima da cabeça da gente. E a prova disso é o projeto que vocês conseguiram aprovar na Câmara dos Deputados. Então, eu queria parabenizar vocês por essa luta. Eu tenho certeza de que vários Deputados vão ser sensíveis e vão abraçar vocês, porque a luta de vocês é digna. É uma luta de lealdade, de busca de estrutura, de busca de atendimento à criança e ao adolescente.

Eu acredito que esta Casa pode ser uma grande interlocutora e intermediária. Aqui, um Parlamentar não faz nada sozinho. Nós somos uma coletividade. Então, é importante que vocês busquem todos, chamem todos para participar, para colocar as ideias dos projetos que estão tramitando aqui. Dessa forma, esperamos que, rapidamente, vocês mobilizados, consigam obter a vitória, que não é nem minha nem dos Parlamentares, mas é da sociedade de Brasília. Vocês prestam um trabalho belíssimo. Nós sabemos que muitos de vocês hoje até pagam para trabalhar.

Muito obrigada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h26min.)

Ata lida e aprovada na 64ª Sessão Ordinária, de 9/8/2012.